

Igreja, Estado e Região:

O MEB e as Imagens do Nordeste.

CLAUDIA SOUZA

RESUMO

O artigo trata das representações elaboradas pelo Movimento de Educação de Base acerca da região nordeste na década de 1960. Para o MEB, organismo vinculado diretamente à CNBB, o território abarcado pelo nordeste, norte e centro-oeste do país caracterizava-se pelo subdesenvolvimento e por um conjunto de ausências materiais e culturais que tornavam prementes as ações de intervenção direta na região com intuitos de promoção econômica e cultural. O MEB e sua concepção de região nos revelou um pensamento dual da Igreja Católica pautado no conceito de “dois Brasis” que ratificava um projeto modernizador homogeneizante de atualização histórica dos territórios sob a ótica do sudeste e de suas classes dominantes. Assim, o nordeste foi representado como território da miséria social, do analfabetismo, da mortalidade infantil, da ausência de tecnologias, etc. Como representação homogênea, esta imagem da região limitou a visualização, pelo MEB e seus agente, das potencialidades humanas e materiais do território, além de mascarar os conflitos latentes daquela sociedade, ligados ao domínio da terra e ao poder político das classes dominantes.

Palavras-chave: Educação rural; Região; Analfabetismo; MEB

ABSTRACT

This essay explore the representations created for MEB about the north-east region in Brazil in there 1960. To the MEB and the CNBB the north-east territory and the north territory and the midde-west, was chacterized by a collection of material and cultural absences that making necessary the economic and cultural promocion of the regions. The MEB and Catolical Churchs had na idea “tow Brazils”, that affirmed the modernization projects, about the control of the south-east and yours dominant class. The north-east was represented how territory of social misery. This a image obstructed the MEB of to see the potential human and material of the territory and oculted the class conflicts.

Key Words: Rural Education; Region; Illiteracy; Basic education movement.

O MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

O que viemos a conhecer por MEB trata-se de um movimento de educação de base, instituído oficialmente em 1961, e a partir de ações, e, mediante acordos entre a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB e o Governo Federal, permitiu a criação e o funcionamento de uma rede escolar radiofônica em diferentes áreas do território brasileiro.

A inspiração para a criação do movimento nasceu do sucesso das experiências iniciadas desde 28 de setembro de 1958, em que dom Eugênio Sales, quando bispo auxiliar de Natal, tendo tomado contato com um movimento de escolas radiofônicas para comunidades indígenas de nome “*Acción Cultural Popular*” em Sustatenza, na Colômbia, resolveu transplantar as experiências para áreas rurais brasileiras, a partir da ação do Serviço Social Rural-SAR da diocese de Natal¹.

A iniciativa de dom Eugênio foi seguida por outros preladados, e, ainda em 1958, as experiências migraram para Crato, no Ceará, Penedo, em Alagoas e Aracaju, em Sergipe, formando uma verdadeira rede escolar radiofônica que tinha como objetivo o desenvolvimento de comunidades agrícolas. Não se tratava, ainda, do Movimento de Educação de Base-MEB, mas sim, de suas experiências inspiradoras.

Quando eleito presidente em 1961, Jânio Quadros, que em sua campanha eleitoral conheceu o projeto de Dom Eugênio, manteve uma série de encontros com membros do episcopado brasileiro – representantes da CNBB – com vistas a efetivar a criação de um projeto educacional de âmbito nacional, através

de escolas radiofônicas. A experiência adquirida e os resultados apresentados pelas escolas radiofônicas do Nordeste, a aceitação da oferta da CNBB, que colocou à disposição do Governo Federal sua rede de emissoras católicas e os conhecimentos construídos a partir das experiências com a educação de radiodifusão fizeram com que o poder Executivo firmasse acordo com o Episcopado, e criou um programa de educação de base através de escolas em áreas prioritárias do país, o MEB.

O decreto de criação do Movimento de Educação de Base (nº 50.370 de 21 de março de 1961) estabeleceu uma ação conjunta entre Governo Federal e a CNBB, através da qual o governo prestigiaria o MEB com recursos financeiros, ficando a CNBB responsável pela execução de um plano de instalação e gerenciamento do projeto. Este decreto regeu o funcionamento do MEB durante os cinco primeiros anos de sua existência de 1961 a 1965.

SOBRE AS RAZÕES DO MEB

As 'razões do MEB' deitam suas raízes no pensamento e prática da Igreja Católica diante da situação do Brasil agrário, das lutas camponesas e dos embates entre os diferentes projetos modernizadores que envolveram o início da década de 1960.

O MEB apresentou abertamente à sociedade civil um conjunto de motivos que orientaram a ação do Episcopado junto ao homem do campo e as regiões pobres do meio rural brasileiro, declarando suas linhas de pensamento e o conjunto de intenções a serem alcançadas através do projeto educacional.

Na fala de seu presidente, dom José Vicente Távora, o MEB declarou sua intencionalidade em difundir, por todo o território brasileiro, os novos aspectos da questão social propostos pela Igreja internacional sob os esforços do papado de João XXIII. Declararam os bispos, em um documento oficial do Episcopado, que foi divulgado no MEB como documento de orientação, datado de 1963, e intitulado “Mensagem da Comissão Central da CNBB”, que: a partir da publicação da encíclica *Pacem in Terris* a atenção do episcopado deveria voltar-se para o social, com principal ação no meio rural subdesenvolvido brasileiro e suas exigências prementes de transformação no âmbito social, político e econômico².

As escolas radiofônicas do MEB, sob esta orientação, deveriam ser utilizadas como instrumentos para a divulgação/implantação de uma pauta de ações programadas para a integração das “*regiões subdesenvolvidas*” ao ritmo do desenvolvimento nacional, visando uma ampla transformação das estruturas nacionais necessitadas de revisões e reformas: a reforma agrária, a reforma da empresa, a reforma tributária, bem como as reformas administrativa, eleitoral e educacional³.

MEB E A QUESTÃO REGIONAL

A maneira como o MEB representou as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste surgiu incisivamente no discurso do Movimento como justificativa para a ação cultural, diante da necessidade de intervenção sobre um conjunto de ausências, que, segundo o MEB, o homem rural e as regiões pobres do território nacional apresentavam – alfabetismo, escolaridade, saúde, organização racional da produção, representação política, dentre outras. Caracterizando as áreas de atuação do MEB, um documento da CNBB divulgou:

O mundo em que trabalha o MEB, isto é, o norte, centro-oeste, nordeste e Minas Gerais têm características de região com zonas absolutas de subdesenvolvimento, e até, primitivas. Nessas regiões a agricultura é atrasada, a indústria apenas começa a crescer, e o povo dá sinais evidentes de insatisfação, por motivos econômicos e sociais e por receber, em certos recantos mais primitivos do país, um tratamento feudal.⁴

Em seu decreto de criação, o MEB foi definido como um programa de educação de base, voltado especificamente para as “áreas de subdesenvolvimento” brasileiro. Concebido como um projeto de ação cultural da Igreja Católica e do Ministério da Educação e Cultura, o MEB estabeleceu em seus *princípios* a atuação em espaços sociais demarcados pelo atraso econômico em busca da transformação da realidade das *regiões empobrecidas e de economia frágil*.

Na concepção do MEB, o Brasil como país subdesenvolvido abarcava duas realidades opostas: o Brasil em processo de desenvolvimento *versus* o Brasil pobre e atrasado. A concepção dos “*dois brasis*” dividia regionalmente o território entre Sul *em desenvolvimento* e Norte atrasado:

Considerando-se no seu todo, o Brasil é um país subdesenvolvido. Analisando-se por estados, porém encontramos dois brasis: o sul, em vias de desenvolvimento, e, o norte, centro-oeste e grande nordeste que apresentam ao desenvolvimento conjunto do país uma grande reserva de marginais, subdesenvolvidos, subalimentados, analfabetos, elevado índice de mortalidade infantil, baixa renda per capita, baixo padrão de vida e grande parte da população, sobretudo rural, vivendo ainda em regime patriarcal.⁵

Com a exceção dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, a parte sul do estado de Minas Gerais e os estados da atual região Sul, todo o restante do território nacional foi visto como espaço de pobreza material e de potencialidade de conflitos sociais. Tais questões demarcavam a urgência de intervenção institucional no sentido da integração à vida nacional. Claramente, na concepção do MEB, pudemos perceber a idéia de construção de um espaço homogêneo nacional sobre um espaço desigual demarcado por representações acerca da ignorância de sua população, do analfabetismo, ruralismo, pobreza e miséria social.

O Norte, o Centro-Oeste e o “grande Nordeste” agrupavam segundo o Movimento, um conjunto de incorreções e injustiças do sistema capitalista. Este cenário revelava aos cristãos a necessidade de intervenção imediata sobre a realidade vivida, no sentido de evitar os fascínios do progresso e do lucro, bem como de combater as ideologias totalizadoras e anticristãs.

O MEB posicionava-se pela intervenção no território de forma a contrabalançar a ideologia do lucro, que poderia, por vezes, exacerbar-se no capitalismo. Mas ao mesmo tempo combater-se-iam as ideologias materialistas, marxistas, que, segundo a leitura do catolicismo oficial, como ideologias “anti-humanas”, atentavam contra os direitos fundamentais da pessoa.

Nas preocupações dos membros da Igreja Católica, o desenvolvimento econômico ocupou a cena principal, e o pensamento de que o Brasil encontrava-se preso a um estágio de subdesenvolvimento informou fortemente as ações do MEB. Este interpretou a realidade brasileira influenciado pelas idéias reinantes em uma conjuntura em que a nação, levada a repensar-se, deparava-se com uma multiplicidade de projetos modernizadores movimentados por diferentes matrizes de pensamento⁶.

Para o MEB, o subdesenvolvimento brasileiro se materializava em determinados espaços, que, marginalizados, se desarticulavam do todo social. A região, tomada como subdesenvolvida, foi conceituada como corpo estranho à Nação, fazendo-se necessários esforços de integração econômica e social, além da construção de princípios culturais e valores morais que articulassem o espaço subdesenvolvido com o espaço nacional “em vias de desenvolvimento”.

Desta forma, um projeto de cunho nacional deveria articular o todo e suas partes, o que levou a CNBB a apontar um conjunto de reformas com intuito de corrigir os desvios e problemas regionais de ordem social, política, cultural e econômica.

Em um documento de outubro de 1961 intitulado “A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro”, assinado pelo Cardeal do Rio de Janeiro, dom Jaime Câmara (presidente da CNBB) e arcebispos e cardeais de São Paulo, Bahia, Maranhão e Goiânia, e veiculado no MEB, refletiu-se sobre a questão agrária e a problemática rural do Nordeste brasileiro. Nestas reflexões a ação direta da igreja nas questões “terrenas” deveria ser assumida pelos católicos, apoiados na Encíclica *Mater et Magistra* do papado de João XXIII. O documento citado se inspirou no capítulo da encíclica que tratava do meio rural, e, sob esta inspiração, elaborou uma agenda programática para o campo, particularmente para a área rural nordestina, que, segundo a leitura da CNBB, reunia os fatores que produziam e alimentavam o subdesenvolvimento no Brasil: miséria social, elevado índice de analfabetismo, baixa escolarização, precárias condições de higiene, etc.

Como proposta o documento apontou a necessidade vital para a agricultura nordestina em inserir-se no ritmo do desenvolvimento nacional. Para isto, este setor deveria passar por um conjunto de reestruturações que promovessem a modernização agrária pautada pela:

- transferência de tecnologias ao campo;
- pela reforma dos regimes fiscais concedendo-se créditos e taxas financeiras compatíveis à economia rural;
- pela implantação de serviços essenciais na zona rural como sistemas modernos de transporte de mercadorias, serviço de comunicação, saúde pública, educação;
- pelo desenvolvimento de indústrias de transformação na zona rural;
- e, finalmente, pela modernização estrutural e política dos estabelecimentos rurais, que, na proposição do documento significava o incentivo à reforma agrária brasileira. Este incentivo se daria visando à instalação de empresas familiares agrícolas baseadas em pequenas propriedades, além do estabelecimento de redes de instituições cooperativas para a participação econômica dos pequenos proprietários e a modernização das grandes empresas agrícolas através da ratificação dos direitos trabalhistas, previdência social, etc.

O diagnóstico do Nordeste produzido pelos bispos apresentou a região como um território tomado por condições miseráveis que impediam a participação dos agricultores no desenvolvimento experimentado pelas populações das cidades e das regiões mais prósperas do território brasileiro. Não obstante, todo e qualquer tipo de mudança deveria ser construído a partir de um processo de conscientização política que não acirrasse as disputas e contradições das classes.

Aqui, o conceito de região surge marcado pela idéia de homogeneização da acumulação do capital pelo território nacional, passando a região a “existir” sob a perspectiva e em função de parâmetros nacionais de acumulação.

IMAGENS DO NORDESTE NO MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE

Acerca das “idéias de nordeste”, Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 1987) nos apresenta um conceito de região que articula diretamente a parte (região) ao todo (território nacional). Nesta idéia, a região só é percebida na medida em que se concebe um todo que é o nacional; assim a região nordestina não é produto de adversidades naturais, da incompetência de suas classes dominantes ou da ignorância de seu povo, mas – e sobretudo – da divisão regional do trabalho no território nacional. Como proposta à viabilização econômica das regiões subordinadas está a idéia de articulação de maneira ‘igual’ – ligamento da parte ao todo de forma não subordinada – idéia central do conceito de *religere* (OLIVEIRA, 1987), presente no título do livro **Elegia para uma Re(li)gião**, que tão bem expressa o pensamento do autor acerca da problemática regional e da viabilização econômica e social das regiões subordinadas.

Seguindo este raciocínio, o planejamento das décadas de 1950 e 1960 foi analisado por Francisco de Oliveira como uma forma interventora sobre a região e seus problemas, a partir do ponto de vista de um Estado capturado por uma classe burguesa associada ao capital internacional⁷. Tal fato fez da SUDENE o dinamismo de forças sociais que projetavam um “Brasil novo” atuando contra um “Brasil velho”, arcaico, atrasado e pobre. O Estado não foi apenas mediador de conflitos e contradições sobre o território; ele foi planejador e interventor em espaços e relações sociais dadas, sendo toda a região Nordeste objeto da intervenção.

A região passou a ser, sob esta ótica, um espaço em que dialeticamente as formas, funções e estruturas do capital se fundiam, articulando a vida material, a luta de classes e a cultura. Na região

Nordeste encontrar-se-iam os interesses do nacional e do regional, nem sempre conflitantes, nem sempre convergentes, pois a região apresentava seu próprio repertório de contradições componentes da história local. Tais contradições ora opunham os interesses do latifúndio aos dos projetos nacionais modernizantes, ora revelavam as contradições internas de classes que marcaram a história do Nordeste desde seus primórdios.

Na tentativa tecer uma crítica às representações construídas pelo MEB acerca do Nordeste, podemos dizer que estas imagens edificaram-se sobre precedentes diferenciados, que, em primeira instância, desprezaram características heterogêneas e complexas das bases físicas e ecológicas do território, assim como as articulações do homem nordestino com o seu meio e sua inventividade responsável pela elaboração de múltiplas respostas às adversidades físicas e sociais. Assim, de um modo geral, no pensamento desenvolvimentista da Igreja privilegiaram-se representações estereis e homogêneas fazendo presentes e constantes as imagens da miséria e da adversidade, ausentando-se a heterogeneidade e as diferenças materiais e culturais do lugar e seu povo.

Manuel Correia de Andrade (ANDRADE, 1998) preocupado em aprofundar os conhecimentos acerca da região nordestina chamou a atenção para as diferentes representações construídas sobre o Nordeste e seus homens⁸. Há o Nordeste da pobreza e da seca, talvez a mais forte representação sobre a terra e o homem nordestino, narrada em Euclides da Cunha, e, ainda hoje, difundida no imaginário de estudantes e da população do Sul e Sudeste em geral – retratos de um imaginário formado pelas imagens do “Quinze”, de Rachel de Queiroz ou do “Retirantes”, de Cândido Portinari. Em outros momentos, desenha-se fortemente em nossa

memória o Nordeste dos canaviais, que rememora os tempos coloniais – a casa-grande e a senzala – um tempo lento marcado pela monotonia da paisagem da monocultura da cana.

Se quisermos, não paramos por aí. Também se faz presente a imagem do Nordeste rebelde, do bravo sertanejo, homem que conquista o respeito pela força e dureza de suas ações. Não é preciso dizer muito acerca da forte presença da figura do cangaceiro, para que nossa memória visual nos apresente o bravo vaqueiro sertanejo, em seus trajes de couro adaptado à caatinga, imagens imortalizadas pela iconografia fotográfica de Virgulino Ferreira, Maria Bonita e seu grupo armado. Quaisquer destas imagens, de forma unilateral, representariam a região, ao mesmo tempo em que uma imagem global do Nordeste se comporia certamente das três imagens em questão, se somadas a um conjunto de tantas outras – coronéis, vaqueiros, pescadores, violeiros e repentistas – imagens que negam as representações homogêneas.

Cada uma destas representações se concebidas como únicas comprometeriam o entendimento do lugar. Entre a Mata, o Agreste e o Sertão nordestino transitaram – e transitam – estes e tantos outros tipos sociais que apenas reforçam a idéia de um Nordeste múltiplo e dinâmico que desafia os esforços de historiadores, geógrafos e antropólogos, no afã de entendê-lo e representá-lo sob a forma de um conceito. Para Aziz Ab'Saber afirmativas inverídicas acerca do universo ecológico do Nordeste levaram e levam à construção de noções sobre o solo, as riquezas naturais e a ocupação humana que reafirmam idéias da improdutividade, do semi-nomadismo e da fome, que não correspondem à complexidade da realidade social nordestina, e, muito menos, explicam os limites impostos pelas relações de produção dominantes que efetivamente influem sobre problemas sociais e econômicos da região⁹.

Desde os primórdios do século XX, imagens de um Nordeste do atraso¹⁰ que associavam pobreza social à escassez de recursos naturais privilegiaram representações negativas acerca da região e sua população. Ainda hoje, um conjunto de observações incompletas sobre a região associado às heranças das superadas noções dos velhos manuais de Geografia e História – constroem tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista físico – visões desconexas e pontuais sobre o universo nordestino.

Nosso esforço, portanto, foi o de identificar algumas “visões acerca do lugar” por parte daqueles que se dispuseram intervir sobre ele, mudá-lo, reestruturá-lo, integrá-lo ao território nacional.

Quando escolhemos o Nordeste como lugar privilegiado para estudo da ação do MEB, pudemos perceber que as representações dominantes acerca da região em muito explicavam as proposições e ações políticas do Estado, da Igreja e da sociedade sobre o território e seus habitantes. Com isso, reafirmamos que o conceito de região foi construído historicamente. Além disso, a construção de uma “idéia de Nordeste”, identificada com a pobreza e a adversidade, associou-se a uma conjuntura histórica, onde uma ação efetiva sobre a pobreza instituía-se um paradigma do pensamento brasileiro, fundado em perspectivas do desenvolvimentismo.

As escolas radiofônicas do MEB, sob esta orientação, deveriam ser utilizadas como instrumentos para a divulgação/implantação de uma pauta de ações programadas para a integração das regiões subdesenvolvidas ao ritmo do desenvolvimento nacional visando à ampla transformação das estruturas nacionais necessitadas de revisões e reformas.

No âmbito rural nordestino, para este pensamento era premente: a instalação de serviços essenciais como estradas, comunicações, eletrificação, saneamento básico, programas habitacionais, instrução elementar e formação profissional; transformação, no setor agrícola, de suas técnicas de produção e estrutura empresarial, melhorando o nível de vida de toda a sua população e a qualificação de sua mão-de-obra, que deveria ser preparada para a inserção progressiva em outros setores da produção como indústria e comércio; modernização dos estabelecimentos agrícolas quanto à suas dimensões, à seguridade e previdência social, uso de técnicas, etc.

Acreditando convictamente que os promotores da ação/transformação do meio rural deveriam ser as comunidades de trabalhadores, as escolas do MEB agiram em um conjunto de frentes que privilegiaram a promoção do catolicismo no campo, incentivando a multiplicação da Ação Católica Rural (através da multiplicação das Juventudes Agrária Católica–JAC's), incentivando as experiências de sindicalização rural e a construção, através das dioceses, de grandes frentes agrárias, com o intuito de promover a articulação nacional de trabalhadores do campo, afastando a tendência do crescimento do Partido Comunista e sua ação no movimento camponês.

A cúpula da CNBB delegou ao MEB o papel de promover junto à população do meio rural nordestino a incorporação de valores do cooperativismo, do associativismo e sindicalismo na produção agrícola, incentivando a ação autônoma das comunidades para a promoção do bem comum e do progresso econômico. Além disso, era incentivado o trabalho pela mudança de hábitos e valores da população rural, superando hábitos e valores locais em direção a valores morais, definidos como universais pela igreja católica: valores ligados à nobreza do trabalho, à subordinação do indivíduo ao bem comum, ao nacionalismo, à ação solidária.

Ao mesmo tempo em que definiu funções para a escola de rádio como mola propulsora de uma mentalidade de desenvolvimento regional, o MEB explicitou as preocupações da CNBB com o avanço da ação do Partido Comunista no campo. Deixou, assim, clara a disputa política a ser travada pela igreja e pelos católicos em sua ação social, mediante uma conjuntura em que os camponeses se mobilizavam por direitos sociais, políticos e econômicos nos idos dos anos 60.

Assim, por um lado, as razões do Episcopado em criar o MEB se originaram nos novos princípios da orientação eclesial católica, propositores de uma igreja histórica marcada pela atuação no campo temporal. Deste modo, na sua relação com a Igreja o MEB foi definido como um projeto pastoral, ou seja, uma ação que colocava a Igreja e sua hierarquia – Papado, Episcopado, clero e o laicato – em atuação direcionada e direta com comunidades. Por outro lado, no MEB, episcopado e laicato deveriam responder conjuntamente a um rol de necessidades explicitadas pela população rural brasileira, fazendo com que os princípios da ação transcendessem os domínios da ação apostólica e invadissem domínios da ação política e social, definindo, desta forma, como razão específica a ação educativa e a promoção cultural em comunidades, em prol do apaziguamento de conflitos de classe, tanto quanto da promoção do desenvolvimento regional.

A opção pela ação social no mundo rural foi concebida pela igreja a partir do problema da propriedade da terra e da ação camponesa frente à desigualdade no campo. Para José de Souza Martins (MARTINS, 1986), a entrada da igreja na questão agrária, e, conseqüentemente, na questão regional, se fez por uma porta conservadora e/ou reacionária, pois a ação pastoral no campo nordestino surgiu como solução diante da organização política do camponês¹¹. Declaradamente, a Igreja católica se posicionou pela

necessidade de disseminação dos valores católicos no meio rural como mecanismo de enfrentamento do comunismo, da ação do Partido Comunista e da ação das Ligas Camponesas.

A “idéia de região” ou a questão regional, na verdade, se encontrava articulada à problemática das classes e da disputa pela terra na economia nordestina. As imagens do Nordeste, elaboradas sobre as perspectivas intervencionistas da Igreja Católica e do Estado, demarcaram a atuação de ambas as instituições sobre o conflito de classes, e, no caso do MEB, revelaram a possibilidade da ação educacional como mecanismo interventor, o que não implicou, no entanto, na vitória da homogeneização sobre espaços e tempos característicos da cultura nordestina. As escolas do MEB criaram possibilidades diversas de ação comunitária, que levou as comunidades rurais a subverterem o projeto interventor, elaborando proposições próprias de organização política e social. A realidade local, em muitas vezes, pôde subverter a proposição homogênea economicista, assim como a proposição de amenização e apaziguamento do conflito de classe, ocultada pelo projeto ‘nacionalizante’ do desenvolvimentismo. Esta seria, no entanto, uma *outra história* que não caberia aqui, constituindo-se uma agenda para pesquisas futuras.

O MEB pode ser identificado como o co-responsável na construção de uma imagem negativa do Nordeste, onde as questões econômicas e a perspectiva de classes sugeriram a imagem do atraso, impossibilitando, no campo das representações sociais, a captura dos movimentos diversos e contraditórios que compunham a realidade nordestina, que envolviam a cultura de seu povo e as tantas dimensões de sua vida social.

Notas

- ¹ RENEK. Relatório. CEDIC-Fundo MEB. S/d.
- ² CNBB. Mensagem da Comissão Central da CNBB ao MEB. CEDIC - Fundo MEB. 1963.
- ³ CNBB. Declaração: A Igreja e a Situação do Meio Rural Brasileiro. CEDIC – Fundo MEB. 1961.
- ⁴ CNBB MEB-movimento de Educação de Base.CEDIC – Fundo MEB. 1963.
- ⁵ MEB. Documentos Legais do MEB. -CEDIC - Fundo MEB. S/d.
- ⁶ Quando tratamos da conjuntura nacional de fins de 50 e inícios dos anos 60, diferentes projetos modernizadores disputam espaços nos meios políticos-econômico – Isebianos, Cepalinos, Nacionalistas autônomos, populistas. Sobre diferentes faces do pensamento desenvolvimentista, ver: OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista** – O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.
- ⁷ OLIVEIRA, FRANCISCO DE – **Elegia para uma Re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1981. Pp.30-32.
- ⁸ ANDRADE, M.CORREA. **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6ª. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ⁹ AB’SABER, AZIZ NACIB – Sertões e Sertanejos: Uma geografia Humana Sofrida. In: **Dossiê Nordeste Seco**. São Paulo: Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP. Volume 13, n ° 36, maio/agosto, 1999. e

ANDRADE, MANUEL CORREIA de - **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6ª. ed. Recife: Editora universitária da UFPE, 1998.

¹⁰ Acerca do nordeste como imagem do atraso Odair da Cruz Paiva resgata na historiografia recente a trajetória de construção de um conceito negativado de nordeste, bem como a recente emergência de olhares empenhados em perceberem elementos múltiplos da dinâmica social e econômica da região o que a torna lócus privilegiado do estudo de contradições no desenvolvimento do capital. Ver: PAIVA, O. **CRUZ – Caminhos Cruzados: migração e construção do Brasil moderno(1930-1950)**. Bauru/SP: EDUSC, 2004. p. 198-214.

¹¹ MARTINS, J.SOUZA. **Os Camponeses e a Política**. São Paulo:Vozes, 1986.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, MANUEL CORREIA de - **A Terra e o Homem no Nordeste**. 6ª. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1998.

FÁVERO, O. **Uma Pedagogia da Participação Popular** - Análise Crítica da Prática do MEB. 1981. Tese (Doutorado) – PUC - São Paulo. 1981.

FREIRE, P. **Educação como Prática da Liberdade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1975.

GADOTTI, M. TORRES, C.A. (Org.). **Educação Popular: Utopia Latino-Americana**. São Paulo: Cortez/EDUSP, 1994.

IANNI, O. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

LEFEBVRE, H. **De lo Rural ao Urbano**. Barcelona: Ediciones Península, 1978.

_____. **La Presencia y la Ausencia** - Contribución a la Teoria de las Representaciones. México: Fondo de Cultura Económica, 1980.

- MARTIN, J. S. – **Os Camponeses e a Política**. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.
- OLIVEIRA, F. **Crítica à Razão Dualista** – O Ornitorrinco. São Paulo: Boitempo Editorial. 2003.
- _____. **A Economia da Dependência Imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. **Elegia para uma Re(li)gião** - SUDENE, Nordeste. Planejamento e Conflito de Classes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- PAIVA, O. CRUZ – **Caminhos Cruzados**: Migração e Construção do Brasil Moderno (1930-1950). Bauru/SP: EDUSC, 2004.
- PAIVA, V. - **Paulo Freire e o Nacionalismo Desenvolvimentista**. São Paulo: Graal, 2000.
- SOUZA, MORAES CLAUDIA de – “**Nenhum Brasileiro sem Escola**”. Projetos de Alfabetização e Educação de Adultos do Estado Desenvolvimentista- 1950/1963. Dissertação (Mestrado). FFLCH – USP, São Paulo, 1999.
- WANDERLEY, L.E.W. - **Educar para Transformar**: Educação Popular, Igreja Católica e Política no Movimento de Educação de Base. Petrópolis: Vozes, 1984.

